

Dívida interna vai a R\$ 207 bilhões

O setor público fechou o ano de 1995 com um rombo de R\$ 47,83 bilhões em suas contas, o que equivale a 7,35% do PIB. O valor foi anunciado ontem pelo Banco Central e considera o conceito nominal de déficit público, que é o mais amplo e agrega todos os encargos com dívida. Mesmo deixando de fora a correção monetária das dívidas e levando-se em conta apenas juros acima da inflação, o setor público mostrou deterioração de suas finanças no ano passado.

Neste conceito mais restrito, chamado de operacional, o déficit apurado pelo BC foi de R\$ 32,224 bilhões ou 4,95% do PIB. Essa deterioração provocou necessidade de um endividamento ainda maior, aumentando a dívida líquida do setor público, de R\$ 153 bilhões no final de 1994 para R\$ 207,541 bilhões no final de 1995, um crescimento

de 35,3%.

No ano de 94, não houve déficit público no conceito operacional. Houve até um pequeno superávit, de 1,34% do PIB. Dentro do conjunto do setor público, só os estados e municípios foram deficitários no ano passado, pelo conceito operacional, em 0,57% do PIB. Ainda em 94 o déficit no conceito mais amplo, chamado de nominal, chegou a 44,37%. Mas, como a inflação ainda era alta, o conceito operacional, que expurga o efeito da inflação, era considerando o mais relevante. Com a queda da inflação em 1995, o Governo começa a considerar mais importante o déficit nominal.

Expurgando ou não a inflação, os governos municipais e estaduais foram os principais responsáveis pelo déficit público em 95, segundo o BC. Sozinhos, eles registraram

um rombo de R\$ 24,019 bilhões (3,69% do PIB), no conceito mais amplo, e de R\$ 15,807 bilhões (2,43%), se considerados apenas os juros reais (acima da inflação) das dívidas.

Em 94 os estados e municípios também registraram déficit operacional e nominal. Mas, pelo menos no conceito mais primário de déficit, que ignora qualquer encargo com dívida, seja correção ou juro real, governadores e prefeitos no seu conjunto fecharam o ano sem rombo nas contas, com despesas até um pouco abaixo das receitas (0,86% do PIB). Em 95, porém, esse quadro mudou. Nem o equilíbrio mais elementar de contas foi conseguido e os estados e municípios terminaram o ano com um déficit primário de 0,16% do PIB ou R\$ 1,030 bilhão, de acordo com o BC.

JORNAL DE BRASÍLIA

24 JUL 1996